



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Sobrália – Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	9
2	Metodologia	13
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico	13
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	21
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	21
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Sobrália	23
3.1	Caracterização Geral	23
3.2	Análise Temática	32
3.3	Clipping de Notícias	62
3.4	Textos Acadêmicos	65
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	69
4.1	Turismo	69
4.2	Cultura	69
4.3	Esporte e Lazer	70
5	Avaliação de Impactos	73
5.1	Metodologia	73
5.2	Resultados	92
6	Créditos e Referências	99

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	18
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	19
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	20
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	20
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	21
Figura 6 Mapa de localização do município de Sobrália	27
Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Sobrália	35
Figura 8 Ponto de táxi praça São Geraldo.....	43
Figura 9 Monte Itaúba (Cruzeiro de Pedra)	48
Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	50
Figura 11 Artesanato da Feira Sobraliarte.....	55
Figura 12 Imagem de eventos do calendário cultural	56
Figura 13 Nuvem referente ao clipping de Sobrália.....	65
Figura 14 Modelo de Gráfico de Radar	78
Figura 15 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos.....	79
Figura 16 Classificação da Significância de Impactos	80

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Sobrália	31
Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município	93
Gráfico 3 Impactos sobre Pesca Amadora	94

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	16
Tabela 2 Taxa de urbanização de Sobrália e de Minas Gerais	24

Tabela 3 Razão de dependência e Taxa de envelhecimento em Sobrália e Minas Gerais	.25
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Sobrália e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)28
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Sobrália e de Minas Gerais (2010 – 2013)30
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Sobrália e Minas Gerais (2000 e 2010)32
Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Sobrália34
Tabela 8 Equipamentos de refeição41
Tabela 9 Locais/templos manifestações de fé45
Tabela 10 Espaços de esporte e lazer61
Tabela 11 Clipping de notícias - Sobrália63
Tabela 12 Síntese de referências - Sobrália66
Tabela 13 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão74
Tabela 14 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais76
Tabela 15 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais96
Tabela 16 Listagem de participantes de reunião institucional em Sobrália99
Tabela 17 Equipe técnica99

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Sobrália, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento.

A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Sobrália aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Sobrália. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como trabalhar na

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Sobrália/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria.

potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que, embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce, em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação. Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios da área de interesse que integram a Bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o

conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;

- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a

padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro

⁶ O TapSee permite a criação de survey, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.

da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.

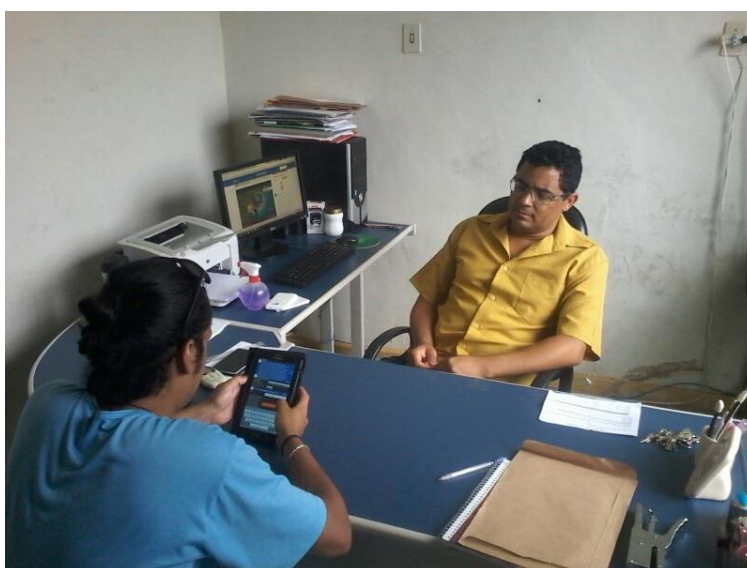


Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio

que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Sobrália

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

A área na qual se encontra Sobrália foi originalmente habitada por índios das tribos dos Botocudos e dos Puris. Posteriormente, devido à fertilidade de suas terras, deu-se a ocupação e a formação do arraial de Itaúba (BARBOSA, 1995; SOBRÁLIA, 2016).

O arraial, que pertencia ao município de Tarumirim, tornou-se distrito no ano de 1943, por meio da Lei nº 1.058, passando a chamar-se Sobrália. O nome se deve às orquídeas sobrálias, abundantes nesta região. Somente em 1962 deu-se a emancipação do distrito e sua formação enquanto município, com a Lei nº 2.764 (BARBOSA, 1995; SOBRÁLIA, 2016).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Sobrália está situada corresponde a 208,16 Km², pertencendo à Mesorregião Vale do Rio Doce e à Microrregião de Governador Valadares (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 25° C.

Seus municípios limítrofes são: Engenheiro Caldas, Fernandes Tourinho, Iapu, Periquito, São João do Oriente e Tarumirim. Além da sede, Sobrália possui o distrito de Plautino Soares, anteriormente chamado Paraíso de Nossa Senhora das Graças (IBGE, 2016; MINAS GERAIS, 2016).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Sobrália em 2016 era de 5.816 mil habitantes e sua densidade demográfica de 28 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período de 1991 a 2000, a taxa média anual de crescimento da população de Sobrália foi de -0,93%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010, a população do município registrou novamente taxa média anual de crescimento negativa, tendo sido esta

de -0,75%. Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 62,06%, em 2000, ascendeu em 10 anos, passando para 70,82%, em 2010. O mesmo pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29% (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização de Sobrália e de Minas Gerais

		1991	2000	2010
Sobrália	População urbana	49,33	62,06	70,82
	População rural	50,67	37,94	29,18
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Sobrália era composta por 49,01% de homens e 50,99% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não se observando, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Sobrália, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 40,80%, em 1991, para 24,58%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (3,52%, em 1991, para 10,23%, em 2010), é menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 3,32% da população de Sobrália possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Sobrália possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Sobrália, no ano 2000, a razão de dependência foi de 66,11%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 58,99%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 11,99% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e Taxa de envelhecimento em Sobrália e Minas Gerais

		1991	2000	2010
Sobrália	Razão de dependência	76,15%	66,11%	58,99%
	Taxa de envelhecimento	6,24%	9,15%	11,99%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Identifica-se, assim, diferenças pouco significativas entre os valores atribuídos a Sobrália e o estado, tanto naquilo que se refere à razão de dependência, quanto à taxa de envelhecimento.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso à Sobrália se dá pela via terrestre, contando o município com o Terminal Rodoviário Frei Roberto Bocca⁸. Este se encontra em estado regular de conservação e é administrado pelo poder público.

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

⁸ Endereço: Rua Caetano Arêdes Louzada, Centro; CEP: 35145-000.

Sobrália é atendida pela BR-116, situando-se a 301 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, e encontrando-se próximo a cidades como Governador Valadares (56 Km) e Caratinga (78 Km). Além disso, estradas vicinais ligam a sede municipal a localidades rurais, a exemplo do distrito de Plautino Soares. O transporte intermunicipal é realizado pela empresa Viação Rio Doce (MINAS GERAIS, 2016; PRÁXIS, 2016).

Para que seja possível acessar a ferrovia e o aeroporto mais próximos, os habitantes do município devem se dirigir a Governador Valadares, que conta com estação ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas e com o Aeroporto Coronel Altino Machado de Oliveira (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Sobrália conta com as empresas Oi e Tim como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. A emissora de rádio do município é a Liberdade FM

A figura a seguir aponta para a localização e as principais vias de acesso ao município de Sobrália.

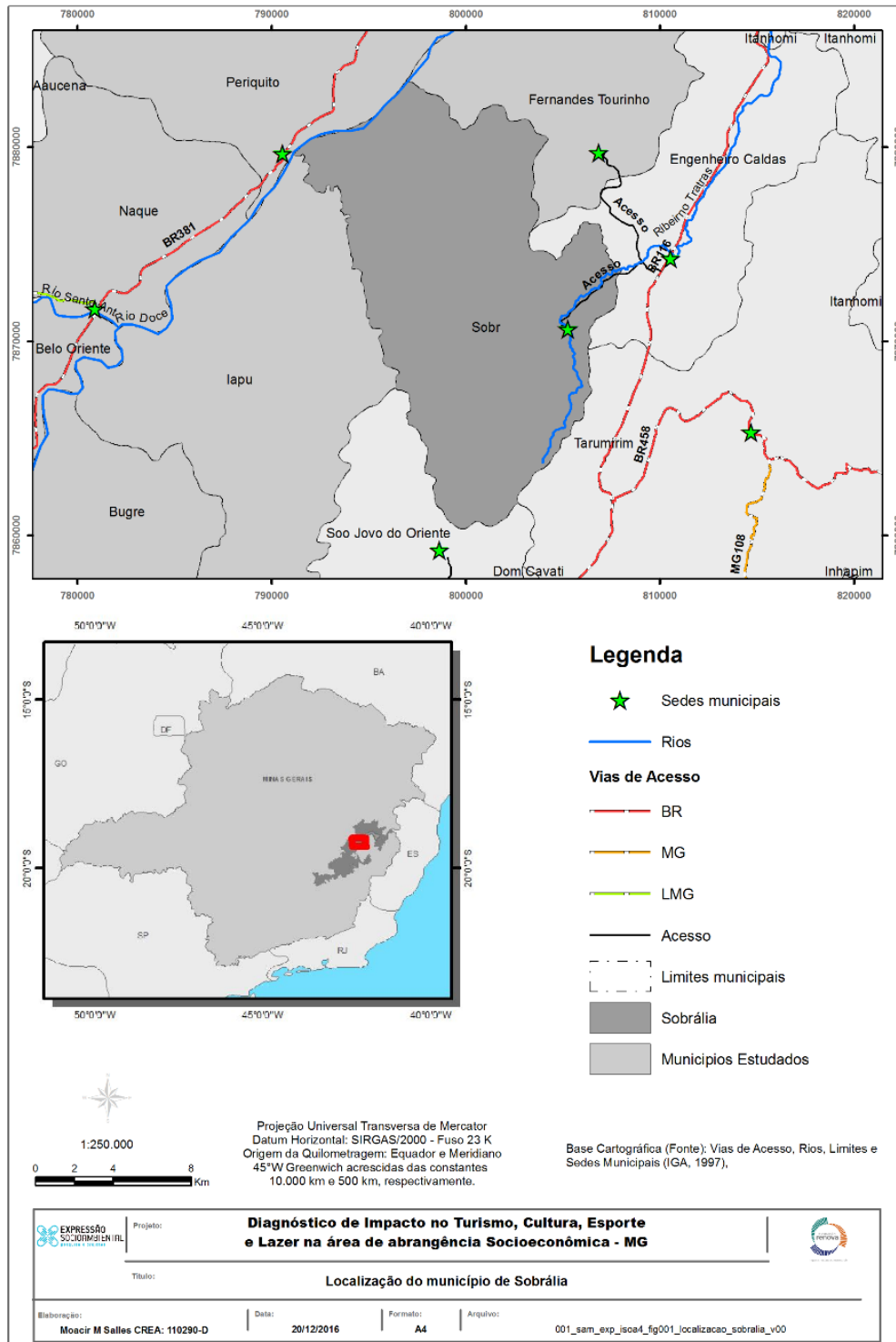


Figura 6 Mapa de localização do município de Sobralia

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Sobrália, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,297 do IDHM total, 0,167 do IDHM longevidade, 0,156 no IDHM renda e 0,382 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Sobrália e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Sobrália	0,334	0,510	0,631	0,638	0,728	0,805	0,455	0,518	0,611	0,128	0,351	0,510
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,680	0,730	0,257	0,470	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Sobrália foi de 0,631 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado nos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,128 para 0,510. O índice referente a longevidade merece destaque, tendo alcançado 0,805 pontos em 2010 e, portanto, posicionando-se próximo ao patamar verificado para o índice de Minas Gerais.

No entanto, observa-se que o IDHM de Sobrália manteve-se constantemente abaixo do registrado para a média dos municípios mineiros.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macroestrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Sobrália, é possível identificar que o PIB do município se alterou significativamente no período de 2011 a 2013, passando de 8,1%, entre 2010 e 2011, para 1,1%, entre 2011 e 2012. Entre 2012 e 2013, porém, verificou-se recuperação, tendo o valor registrado sido de 12,6% (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 7,2% no período 2011-2013, sendo esta superior à do estado de Minas Gerais, que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Sobrália cresceu mais que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Sobrália e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	Δ%	PIB	Δ%	PIB	Δ%
Sobrália	44.600	8,1	45.111	1,1	50.791	12,6
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB *per capita*, destaca-se a sua baixa evolução no período, sendo de R\$7.076,91, em 2010, e R\$8.612,96, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

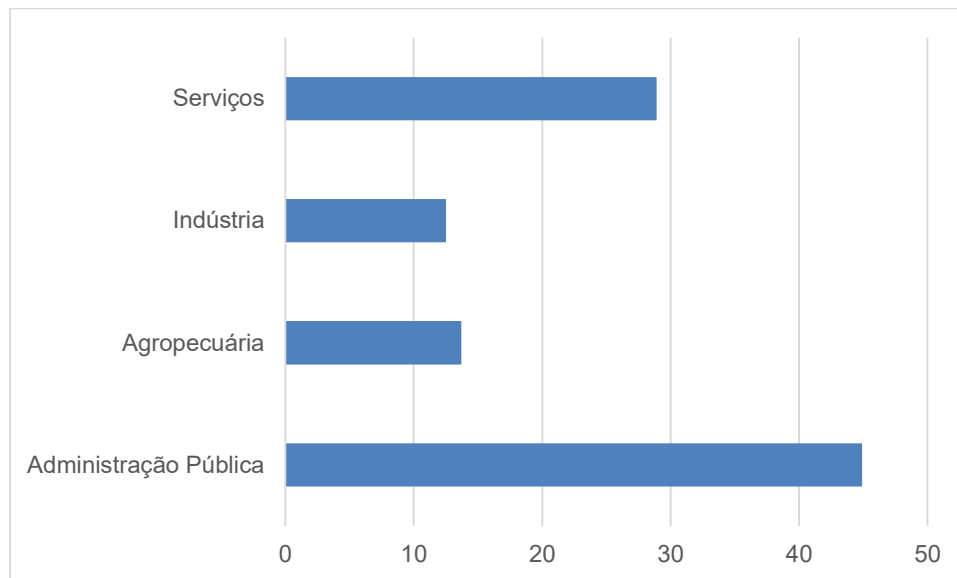
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Sobrália encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 44,9% e 28,9%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Sobrália



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 12,5% e 13,7%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Especialmente para o setor industrial, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Sobrália possuía 1.187 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 1.312 no ano de 2010, indicando crescimento. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas empregadas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Sobrália e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Sobrália	1.187	1.312
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 38 empregos em 24 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 56 pessoas em 2 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 302 pessoas em 2 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística, identificou-se que Sobrália conta com a Lei Orgânica (nº 03/1990).

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Sobrália. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a

Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Sobrália para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Sobrália, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 37 bens, serviços e atrativos no município. No calendário cultural de Sobrália, se destacam eventos como a festa de sua padroeira, Nossa Senhora da Conceição, e a Festa do Leite. Já o Cruzeiro da Pedra Itaúba constitui o principal atrativo turístico da cidade.

organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Tabela 7 Síntese do inventário de oferta turística – Sobrália

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	22
Equipamento de hospedagem	1
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	7
Transporte	1
Locais/templos de manifestação de fé	13
Serviços e equipamentos para eventos	0
Outro serviço e equipamento turístico	0
Equipamentos Culturais	4
Meios de Comunicação	3
Equipamentos Culturais	2
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Atrativos	1
Atrativo natural	1
Atrativo cultural	0
Diversidade Cultural	4
Grupos Culturais	1
Calendário Cultural	3
Gastronomia	1
Total	37

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7.

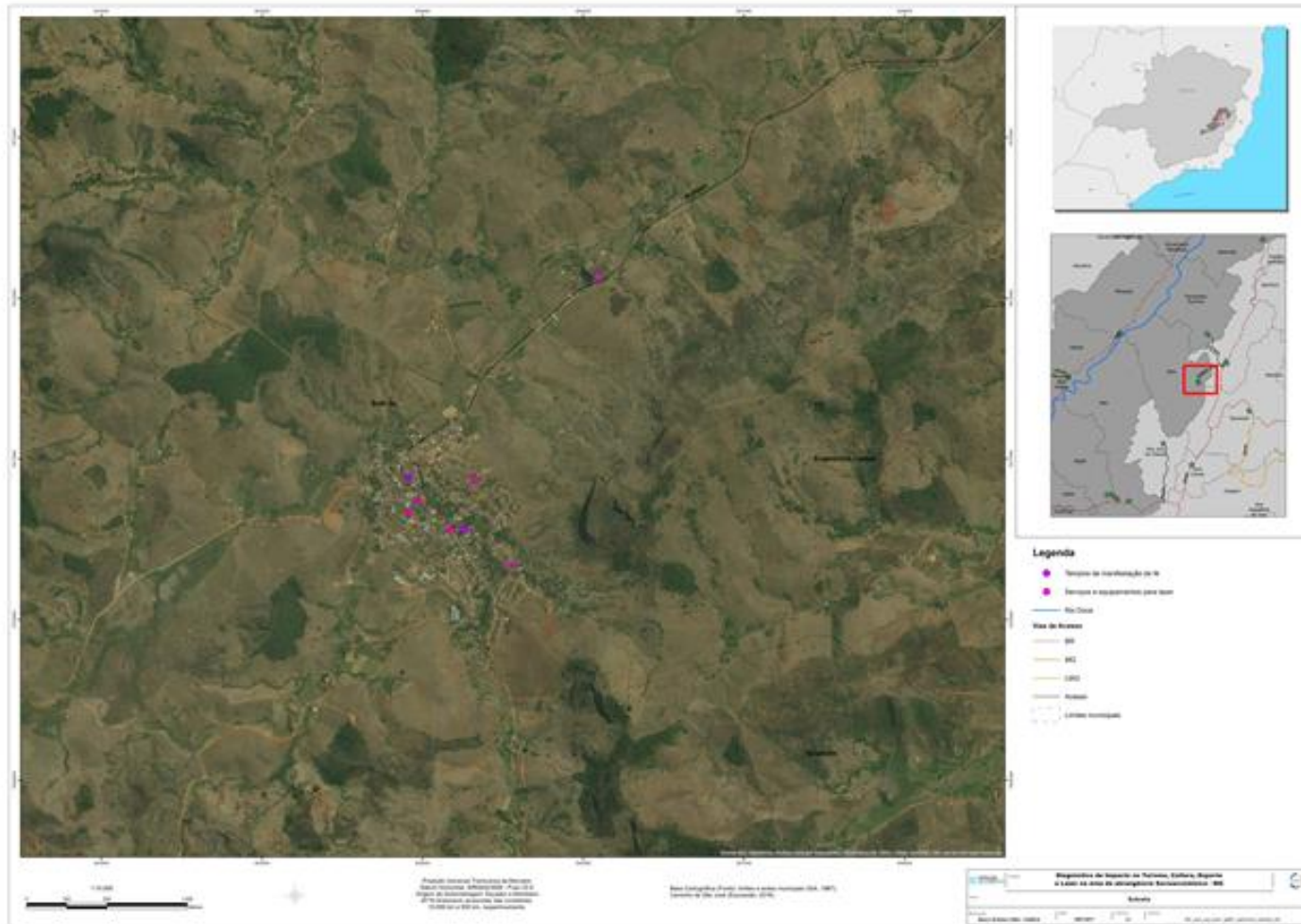


Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Sobralia

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, criou-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);
- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);

- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

As diretrizes nacionais sobre o setor turístico dispõem que os municípios demandam um aparato institucional para constituir seu sistema de turismo, tendo um órgão específico para o setor, Conselho, Fundo e Plano, além de participar do programa de regionalização e do ICMS turístico, esta última prerrogativa específica de Minas Gerais.

Nesse sentido, observa-se que o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município¹⁰”. Este indicador se refere à participação do governo

10 O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Em 2009, quando o “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Sobrália ainda não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural; à época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas (FJP, 2013).

Em Sobrália, o órgão responsável pela gestão das políticas públicas de turismo é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Cultura e Turismo. O município possui Plano Municipal de Turismo, instituído pela Lei nº 1.320 de 2015, e elaborado com a participação da sociedade civil, por meio do Conselho Municipal de Turismo. O referido Conselho foi instituído em 2015, embora, segundo o secretário municipal entrevistado, este se encontre inativo.

Ademais, o entrevistado não soube informar se Sobrália conta com Fundo Municipal do Turismo, bem como legislação de incentivo e sistema de informações para monitorar, planejar e avaliar a gestão pública do setor.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Sobrália possui Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, instituído no ano de 2015. O Conselho é de caráter deliberativo e a maioria de seus membros representa o poder público. No entanto, conforme o gestor público entrevistado, este encontra-se inativo.

Segundo a SETUR/MG (2014), o conselho é “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”. Sendo assim, considera-se ser este o principal mecanismo de participação e controle social nas decisões sobre os rumos da atividade turística do município, inclusive na elaboração do Plano Municipal de Turismo – PMT.

Não foi diagnosticado em Sobrália nenhum outro mecanismo de participação da sociedade civil em relação ao setor, tais como conferências ou fóruns municipais.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

Durante o levantamento de dados em campo, o gestor público entrevistado informou que Sobrália não conta com Fundo Municipal de Turismo, importante instrumento de captação de recursos para a viabilização de projetos e linhas de ações. No mesmo sentido, o município não possui dotação orçamentaria destinada ao setor.

Em 2013, os gastos orçamentários de Sobrália na Subfunção Turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal, mesmo percentual registrado em 2009. Esses dados são relativos à mensuração do esforço orçamentário dos municípios mineiros por meio do indicador “Esforço Orçamentário em Turismo”¹¹ (FJP, 2013).

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

O Município de Sobrália não participa do Programa Nacional de Regionalização, conseqüentemente não faz parte da política estadual dos Circuitos Turísticos (CT's), principal instrumento de gestão estadual onde os municípios podem se inserir na regionalização do turismo.

Finalmente, o município não participa do ICMS Turístico, política estadual de turismo, política que visa a investir e organizar os municípios mineiros por meio de um repasse mensal, além de estimular a formatação/implantação, por parte dos municípios, de programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico sustentável.

11 O indicador “Esforço Orçamentário em Turismo” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, na subfunção Turismo nos gastos totais. O aumento do recurso aplicado na atividade significa maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos e podem contribuir, portanto, para ampliar os esforços empreendidos pelo governo municipal na consolidação do turismo como fator de desenvolvimento sustentável, de distribuição de renda, de geração de emprego e de conservação do patrimônio natural, cultural e turismo (FJP, 2013).

3.2.1.2 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Uma vez que Sobralia não possuía Inventário de Oferta Turística, o levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental, entre novembro e dezembro de 2016, objetivou identificar e inventariar os espaços e equipamentos de apoio turístico do município.

O Secretário Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Cultura e Turismo avaliou, em entrevista, que a oferta de infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) é incipiente, demandando ampliação e estruturação. Reflexo disso é a carência de hospedagem quando da realização de eventos no município, a exemplo do Festival do Leite, que atrai grande fluxo de turistas.

3.2.1.2.1 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são definidos nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Tomando por base essa definição, foi inventariada a pousada Sobraliense, que possui 8 unidades habitacionais, somando um total de 18 leitos.

- Pousada Sobraliense.



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.2 Equipamentos de Alimentos e Bebidas

Foram inventariados sete empreendimentos de alimentos e bebidas que prestam serviços remunerados em Sobrália. São eles:

- Restaurante da Cida;
- Sorveteria Tropical Doce Sabor;
- FF Salgados;
- Panificadora e Confeitaria Moura;
- Açaiteria Ki-Delicia;
- Sorveteria e Lanchonete Garapão;
- Padaria Tatay.

Tabela 8 Equipamentos de refeição





FF Salgados



Panificadora e Confeitaria Moura



Açaiteria Ki-Delicia



Sorveteria e Lanchonete Garapão





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.2.3 Serviços de Transporte

No levantamento de campo, realizado entre novembro e dezembro de 2016, foi inventariado um ponto de táxi em Sobrália. Este se situa na Praça São Geraldo, operando como local para prestação de serviços para transporte turístico.



Figura 8 Ponto de táxi praça São Geraldo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



3.2.1.2.4 Espaço para Eventos

Durante o levantamento de campo em Sobrália, não foi identificado nenhum espaço ou equipamento destinado à realização de congressos, convenções, exposição, feiras, shows e outros.

3.2.1.2.5 Locais e Templos de Fé/Edificações

O levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental em Sobrália, entre novembro e dezembro de 2016, possibilitou identificar e inventariar treze locais e templos de fé/edificações. São eles:

- Igreja Assembleia de Deus Ministério Missão Panamby;
- Igreja Cristã Evangélica Casa de Oração;
- Igreja Evangélica Bethel;
- Igreja Nossa Senhora da Conceição;
- Comunidade Evangélica Internacional Nova Vida;
- Igreja Batista Nova Vida;
- Igreja Cristã Maranata;
- Igreja Evangélica Assembleia de Deus;
- Igreja Evangélica Assembleia de Deus;
- Igreja Pentecostal Deus é Amor;
- Igreja Missionária da Fé;
- Igreja Presbiteriana de Sobrália;
- Congregação Cristã do Brasil.



Tabela 9 Locais/templos manifestações de fé

Assembleia de Deus Ministério Missão Panamby



Igreja Cristã Evangélica Casa de Oração



Igreja Evangélica Bethel



Igreja Nossa Senhora da Conceição

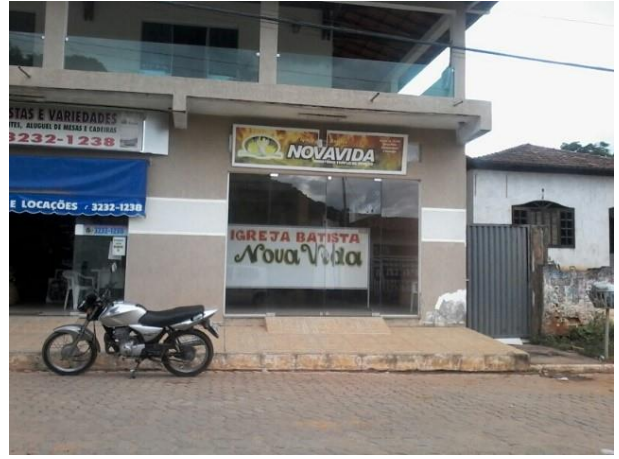




Comunidade Evangélica Internacional Nova Vida



Igreja Batista Nova Vida



Igreja Cristã Maranata



Igreja Assembleia de Deus



Igreja Presbiteriana de Sobrália



Congregação Cristã do Brasil



Assembleia de Deus



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em Sobrália. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico

religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.2.6 Atrativos Naturais

No segmento de atrativos naturais de Sobrália, inventariou-se o Monte Itaúba, que se constitui em importante referência geográfica, simbólica e identitária para o município.

O Monte Itaúba pode ser avistado de qualquer ponto da cidade, sendo seu principal cartão postal. Em seu topo encontra-se instalado o Cruzeiro da Pedra Itaúba, referência religiosa da comunidade e local de passeio. Com entrada livre ao público, o Monte Itaúba é propício à contemplação da paisagem e às atividades esportivas de trilhas, trekking, vôo livre, escalada e rapel.

Porém, verificou-se que o local é de difícil acesso, sendo viabilizado por estrada de terra e a estando ausente sinalização, fatores que impulsionariam sua frequência.

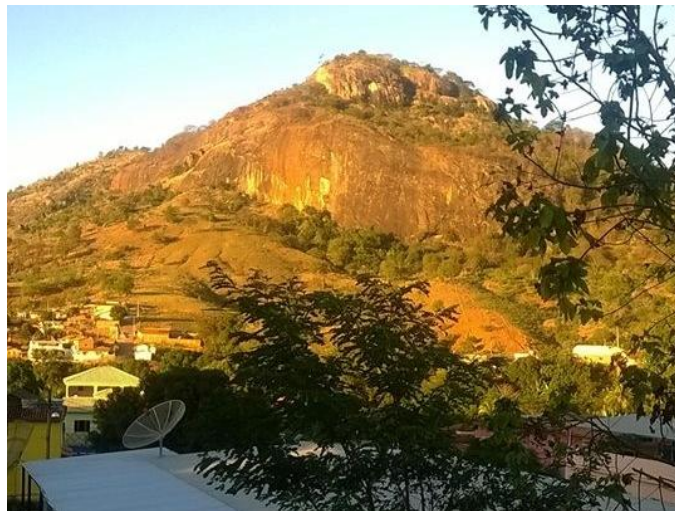


Figura 9 Monte Itaúba (Cruzeiro de Pedra)

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências

nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura abaixo traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 10 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Guia de orientação aos municípios, 2012

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Sobrália, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política pública de cultura em Sobralia é atribuição da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável, Cultura e Turismo, órgão que acumula entre as suas funções a gestão de distintas políticas setoriais.

É importante destacar que, conforme o Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS¹², da Fundação João Pinheiro, a existência ou não de um órgão gestor da cultura e a sua caracterização é um indicador do grau de importância que o setor cultural tem para a administração municipal. O órgão gestor de cultura tem por finalidade formular e implementar uma política pública de cultura, articulando ações conjuntas entre os vários atores do campo cultural.

Durante o levantamento de campo, porém, o gestor público entrevistado afirmou a importância da valorização da cultura, hábitos, tradições e preservação da memória do município. Entre as ações desenvolvidas pela prefeitura no campo da cultura, tem-se: o fomento à leitura, por meio da Secretaria Municipal de Educação; a revitalização do acervo da Biblioteca Pública Municipal Paulo Freire; e o fortalecimento do turismo cultural.

Segundo os dados lançados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, Módulo Cultura, realizada pelo IBGE em 2014, Sobralia não possui política cultural, bem como Plano Municipal de Cultura ou programas específicos nesta área.

Ademais, verifica-se que o município não aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, não realizou conferências municipais e tampouco participou de edições de conferências estaduais e nacionais de cultura.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Em relação às instâncias de participação e controle social, Sobralia dispõe do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, criado pela Lei nº 1.078 em 2002. O referido Conselho

12 O IMRS deriva da construção de uma ampla base de dados a fim de atender as várias dimensões correspondentes aos princípios dispostos na Lei 15011/2004, segundo a qual “A responsabilidade social na gestão pública estadual consiste na implementação, pela administração pública, de políticas, planos, programas, projetos e ações que assegurem o acesso da população à assistência social, à educação, aos serviços de saúde, ao emprego, à alimentação de qualidade, à segurança pública, à habitação, ao saneamento, ao transporte, ao lazer...”.

possui caráter consultivo e se constitui em “órgão de assessoramento ao Prefeito no que diz respeito à preservação dos bens de valor cultural”. Todavia, Sobrália não possui Conselho Municipal de Política Cultural.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

De acordo com o gestor público entrevistado, Sobrália possui Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, instituído por meio da Lei nº 1.326/2015. O Fundo tem o objetivo de “financiar as ações de preservação e conservação a serem realizadas no patrimônio cultural material e imaterial protegido”. Segundo o entrevistado, o Conselho já foi regulamentado e está em funcionamento. Entretanto, ainda não foram publicados editais e tampouco foram aprovados projetos para a utilização de seus recursos.

O município não dispõe de legislação ou fundo destinado ao financiamento da política cultural. A despesa executada da Função Cultura representou 3,2% do valor total das despesas liquidadas pela prefeitura de Sobrália em 2015.

Conforme consta no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹³, no orçamento municipal de 2015 constam R\$ 396.023,04 liquidados na Função Cultura, recurso este que foi aplicado integralmente na ação denominada “Realização de Festas Tradicionais”. A maior parte das rubricas é destinada ao pagamento de shows artísticos para o Festival do Leite.

Essa situação, comumente encontrada em municípios do interior, desfavorece o desenvolvimento e o fomento das expressões culturais locais, considerando que se restringe à realização de grandes eventos de massa e subtrai a possibilidade de realização de atividades alinhadas com as prioridades da Política Nacional de Cultura, entre elas o incentivo à diversidade cultural, a manutenção e apoio a grupos e artistas locais, a formação artística e cultural, entre outras.

O gestor entrevistado informou que o relacionamento do poder público com a iniciativa privada nunca foi adequadamente “explorado”. Todavia, ele informou que foram iniciadas

¹³ Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. “Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio”.

articulações com empresas locais interessadas em colaborar com o desenvolvimento da cultura local.

Ademais, o município não apresenta qualquer legislação referente à cultura.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A estrutura cultural de Sobrália se expressa também pelos equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura.

Como o município de Sobrália não foi previamente objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, fez-se necessário coletar informações de base para o início de uma inventariação cultural. Os espaços e equipamentos culturais identificados nas pesquisas de campo, realizadas pela Expressão Socioambiental, em novembro e dezembro de 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

3.2.2.2.1 Museus, Galerias e Demais Espaços Expositivos

Não foi identificado espaço para a realização de congressos, convenções, exposições, feiras e shows de grande porte em Sobrália. Porém, o gestor público entrevistado informou sobre a existência de espaço destinado a abrigar circos.

O município também não dispõe de espaços adequados à difusão e à fruição de manifestações artísticas, como teatro, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções locais e externas. As manifestações culturais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças e demais logradouros públicos. Estes são os principais pontos de encontro da comunidade para recreação, lazer, eventos e apresentações culturais.

3.2.2.2.2 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Sobrália não dispõe de espaços apropriados para consulta e fruição da memória social e da história do lugar, que promovam a preservação e a valorização do patrimônio local, tais como arquivo público e museu.

O município conta somente com biblioteca, a Biblioteca Pública Municipal Paulo Freire, que encontra-se desativada. Todavia, esta será reinstalada em novo edifício da prefeitura, sendo sua reinauguração prevista para o ano de 2017.

3.2.2.2.3 Atrativos Culturais

Durante o levantamento de campo realizado pela Expressão Socioambiental em 2016, não foram identificados atrativos culturais no município de Sobrália.

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

As principais manifestações culturais em Sobrália estão relacionadas à sua origem rural e à economia local tradicional, especialmente na produção de leite e seus derivados por produtores familiares. Nesse sentido, o município recebe a alcunha de “Terra do Leite” e tem no Festival do Leite o ponto alto anual de sua programação cultural, conforme calendário apresentado a seguir. Entretanto, Sobrália carece de política de publicidade que a vincule a essa produção.

Na MUNIC de 2014, Módulo Cultura, foi informado que as principais atividades artesanais do município são o bordado e os produtos em renda. Esta mesma fonte informa que a municipalidade desenvolve ações de formação cultural, por meio de cursos e oficinas nas áreas de artesanato, literatura e música. Informa-se, ainda, que o município realizou e/ou apoiou, no período analisado, eventos ligados a apresentações musicais, feira de livros e seminários.

Já no campo da culinária, a canjiquinha mineira com costelinha se apresenta como prato típico local.

Ademais, destaca-se que o município tem buscado resgatar a tradição da Folia de Reis.



Figura 11 Artesanato da Feira Sobraliarte.

Fonte: Sobralia (Facebook), 2016

3.2.2.4 Calendário Cultural

O calendário cultural de Sobralia é composto pelos seguintes eventos:

- Janeiro: Festa de São Sebastião, com leilão de animais doados;
- Fevereiro: Festival Sobraliarte, com feiras de comidas típicas e artesanato local, bem como shows de bandas de forró;
- Maio: Coroações de Nossa Senhora e reza diária do terço, além de barraquinhas e leilões;
- Julho ou agosto: Festival do Leite, já em sua 19ª edição, que conta com shows de música regional e sertaneja, bem como barraquinhas de comidas e bebidas;
- Dezembro: Festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira do município, e Festa de Santa Luzia;
- Dezembro: Dia da Emancipação Política.



Figura 12 Imagem de eventos do calendário cultural

Fonte: Sobrália (Facebook), 2016

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

O IMRS considera a legislação de proteção do patrimônio, material e imaterial, um diferencial na gestão cultural dos municípios, além de constituir um passo importante para a implementação de uma política pública de proteção do patrimônio cultural como um todo.

Em relação a Sobrália, foi identificada a Lei de Proteção do Patrimônio Cultural nº 1.077/2002. Entretanto, o município não participou da política estadual de ICMS Patrimônio Cultural¹⁴, promovida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA nos exercícios 2013, 2015 e 2017. Esta iniciativa é fundamental para o estabelecimento de uma política de preservação do patrimônio cultural adequada à cada localidade.

14 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao Iepha/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao Iepha documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

3.2.2.6 Educação patrimonial

Nos levantamentos de dados primários e secundários realizados pela Expressão Socioambiental 2016, não foram identificadas ações de educação patrimonial em Sobrália.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Sobrália, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política de esporte e lazer em Sobrália é realizada pela Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Embora a Política Nacional do Esporte assinala a importância de se “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”, a prefeitura não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer. Todavia, verificou-se que o Plano encontra-se em processo de elaboração através do Conselho Municipal de Esporte, contando, portanto, com a participação da sociedade civil. De acordo com o levantamento de dados em campo, o gestor público entrevistado apontou que o município não possui sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a sua gestão da política de esporte e lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Em pesquisa realizada no sítio eletrônico da Secretaria de Estado de Esportes, constatou-se a existência de Conselho Municipal de Esporte em Sobrália, tendo este sido criado pela Lei nº 1.272, de 08 de março de 2013. Segundo o entrevistado, o Conselho é deliberativo, de representação é paritária e encontra-se ativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Conforme dados levantados em campo, Sobrália não dispõe de Fundo Municipal de Esporte e/ou Lazer e tampouco de legislação de incentivo a esses setores.

De acordo com o representante municipal entrevistado, Sobrália possui dotação orçamentária específica destinada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer. Porém, ele não soube especificar o percentual representado pela referida dotação no conjunto do orçamento municipal. O entrevistado informou, ainda, que a prefeitura utiliza recursos próprios e obtidos em parceria com o governo estadual para promover, fomentar e apoiar iniciativas nos setores em questão.

A consulta aos dados relativos ao indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer¹⁵” do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS Esporte e Lazer possibilita notar que “em 2013 os gastos orçamentários de Sobrália nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram, conforme indicado as prestações de contas anuais, 1,1% do total do orçamento municipal”. Em 2009, esse percentual era de 1,5%, apresentando uma supressão de 0,4% no gasto orçamentário no período de 2009 a 2013 (FJP, 2013).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

De acordo com o levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, Sobrália tem participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Já os dados coletados em campo permitem verificar que as principais atividades e eventos esportivos e/ou de lazer realizados no município são: Caminhada da 3º idade; Corrida Rústica; torneio e campeonato municipal; participação em campeonatos da região; torneio de truco; e torneio de xadrez.

15 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

Segundo a Fundação João Pinheiro – Indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” do IMRS de Esporte e Lazer –, “Sobralia, com um índice de 10 em 2012, situava-se entre os 379 municípios mineiros que implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer” (FJP, 2013).

O ICMS Esportivo, por sua vez, é um programa do governo de Minas Gerais que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do programa, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação no ICMS Esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

Dessa forma, em análise do Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportivo (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015, Sobralia teve 147 pontos, posicionando-se em 147º no ranking. Desse modo, o percentual financeiro a ser destinado ao município será de 0,116% do ICMS total arrecadado (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

Sobralia possui seis espaços/equipamentos de esporte e/ou lazer que se constituem em locais de encontro dos moradores, recreação, lazer, festas, eventos e atividades físicas, esportivas e culturais.

- Praça São Geraldo;
- Praça Dr. Rúsvel Raimundo da Rocha;
- Praça Delcleciano de Aguiar;
- Estádio municipal Jacinto Contin;
- Quadra da comunidade bela vista;
- Sion Parque Aquático.

Tabela 10 Espaços de esporte e lazer

Praça São Geraldo	Praça Dr. Rúsvel Raimundo Rocha
	
Praça Delcleciano de Aguiar	Estádio Municipal Jacinto Contin
	



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Durante o trabalho de campo realizado em Sobrália foi possível identificar e inventariar um atrativo que possui elementos naturais e que pode ser utilizados para fins esportivos e/ou de lazer: o Monte Itaúba.

3.3 Clipping de Notícias

O *clipping* de notícias foi realizado no principal sítio de busca da *internet*, o *google*¹⁶, a partir de taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao evento e por ordem de relevância¹⁷. As taxonomias utilizadas foram: I) Sobrália E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; e II) Sobrália E barragem.

Para Sobrália, foram encontradas 3 notícias associando o município ao ocorrido. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município.

¹⁶ goo.gl/46bXSx

¹⁷ O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015, e 30/11/2016.

Tabela 11 Clipping de notícias - Sobrália

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
CBH-DOCE reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH-DOCE	https://goo.gl/lu92Vs	Nacional	Negativo
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operária	https://goo.gl/RdTSoR	Nacional	Negativo
Usina Hidrelétrica de Baguari volta a gerar energia no Rio Doce	23/03/2016	Aconteceu no vale	https://goo.gl/O2s4BQ	Nacional	Negativo

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

A primeira notícia vinculada no site da CBH-DOCE, que é a página do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, noticia um encontro que ocorreu no município de Mariana com representantes dos comitês que compõem a Bacia do Rio e gestores das 39 cidades atingidas pelo Evento. A ocasião visava a apresentar e debater o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela empresa Samarco.

Para além da discussão referente aos programas do TTAC, que objetivam reparar e mitigar os impactos decorrentes do Evento (programas voltados à segurança hídrica e qualidade da água, destinação de resíduos sólidos e melhoria dos sistemas de abastecimento de água), a matéria ainda menciona a organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Sobrália aparece listado como um dos municípios pertencentes à área ambiental 2 do TTAC, que estão no escopo deste fórum.

A notícia associada ao município, de 09/11/2016¹⁸, foi publicada no sítio Liga Operária¹⁹ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco”. A matéria afirma não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, que teria sido um “crime premeditado”.

18 goo.gl/aE16fm

19 goo.gl/oFV2IU

Entre as consequências descritas se encontram a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Já uma série de outras localidades é listada, a fim de demonstrar que, cerca de um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades se encontra Sobrália.

O sítio no qual a matéria foi publicada consubstancia o seu teor crítico, uma vez que se trata de uma dissidência do movimento sindical surgida nos anos 1990. Esta se coloca contra a busca do empresariado pelo lucro e como defensora dos interesses dos trabalhadores e do povo, em geral.

A notícia do portal “Aconteceu no Vale” informa a retomada das atividades da Usina Hidrelétrica de Baguari (22/03/16). O reservatório da Usina alcança os municípios de Alpercata, Fernandes Tourinho, Governador Valadares, Iapu, Periquito e Sobrália, e havia sido interrompido desde o Evento.

O sítio “Aconteceu no Vale” é um portal de notícias com foco nas regiões Nordeste (Vales do Jequitinhonha e Mucuri), Norte, Leste (Vales do Rio Doce e do Aço) e Central do estado de Minas Gerais. Sua página no *Facebook*, ainda, exhibe algumas premiações²⁰, que atribuem destaque ao portal.

A imagem abaixo se refere à nuvem de termos²¹ resultante do texto da notícia descrita e analisada. Nela, pode-se observar que alguns dos termos mais presentes são “Vale”, “Samarco”, “BHP”, “rio”, “barragem”, “revolta”, “rejeito” e “crime”. Predominantemente, portanto, tratam-se de termos negativos. Outros como “lama”, “morte” e “podre”, menos frequentes, endossam o tom crítico da matéria.

20 Prêmio de Melhor site de notícias (Prêmio Sou mais Minas 2014 e 2015); Prêmio de site do interior com mais audiência em Minas Gerais.

21 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.



Figura 13 Nuvem referente ao clipping de Sobralia

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.4 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Sobralia é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²², um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015.

A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²³ e a Onda Política²⁴ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁵ com destacada legitimidade e alcance

22 goo.gl/hBGDKp

23 goo.gl/BcEHVc

24 goo.gl/x1VYhC

25 Organização Não Governamental

internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁶, que conta com artigos, experimentos, relatórios e bases de dados.

Tabela 12 Síntese de referências - Sobrália

Município de Sobrália		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

Na tabela acima, é possível observar que o município de Sobrália foi mencionado em somente uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS²⁷ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP

²⁶ Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

²⁷ Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.



em Mariana (MG) – relatório final”²⁸, de dezembro de 2015, as informações sobre o evento são mobilizadas para refletir a respeito da atividade mineradora no Brasil²⁹.

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás³⁰. No documento, observa-se que a menção a Sobrália se limita a uma listagem³¹. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do evento.

28 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

29 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o evento. Ver: goo.gl/1soM41 Copy short U

30 goo.gl/Ry1Shs Copy short URL

31 Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

No âmbito da gestão institucional, considera-se o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR), o Plano Municipal de Turismo (PMT), o Fomento da atividade turística (FUMTUR) e o ICMS Turístico como os principais instrumentos para o desenvolvimento do turismo no município. Diante disso, verifica-se que o sistema de turismo de Sobrália não se encontra consolidado de acordo com as diretrizes nacionais do setor.

Conforme o gestor público entrevistado, as diretrizes para políticas públicas de turismo começaram a ser reestruturadas há pouco tempo. Sobrália conta atualmente com Plano Municipal de Turismo, enquanto outros instrumentos importantes para a viabilização de políticas públicas não foram implementados, a exemplo do Fundo Municipal de Turismo, que está inativo, e o Conselho Municipal de Turismo.

As principais potencialidades turísticas do município diagnosticadas são fazendas históricas, cultura leiteira, festas religiosas, área de preservação ambiental (propriedade do Aquiles Resende) e cruzeiro. Já as principais fragilidades diagnosticadas são o baixo grau de sensibilização e mobilização da população local frente ao turismo, bem como a ausência de bons acessos e informações turísticas consolidadas.

4.2 Cultura

O setor cultural em Sobrália apresenta grande fragilidade institucional. A política cultural é incipiente, se não inexistente, o que compromete em grande medida as possibilidades de desenvolvimento da cultura local.

O município não possui nenhum dos instrumentos de gestão pública de cultura e não aderiu ao Sistema Nacional – SNC. Mesmo do ponto de vista dos equipamentos culturais, o único existente, a Biblioteca Municipal Paulo Freire, encontrava-se desativada à época do levantamento de campo, aguardando ser reinstalada no novo edifício da prefeitura.

As atividades culturais no município são limitadas, com predominância das manifestações religiosas tradicionais, notadamente as ligadas à padroeira da cidade e à coroação de Nossa Senhora, com novenas, terços, barraquinhas e leilões.

Também acontecem manifestações ligadas à cultura da criação de gado, com destaque para o Festival do Leite. Entretanto, a realização de tal evento de grande porte, implica em custos significativos para o poder público. A atração de público de fora do município não tem foco principal nos artistas e grupos locais, priorizando shows de grupos e cantores consagrados regional e nacionalmente.

Nesse sentido, somente o Festival Sobralarte aparenta dedica-se à valorização dos artistas e artesãos locais, embora tenha tido sua continuidade prejudicada pela conjuntura econômica, política e eleitoral do ano de 2016. Outras manifestações, como a Folia de Reis, encontram-se paralisadas, impactando na manutenção e transmissão da cultura popular tradicional da localidade.

O gestor público entrevistado aponta como principais dificuldades para o desenvolvimento cultural do município: a falta de conscientização popular sobre a cultura, o desconhecimento da história e a desvalorização generalizada da memória coletiva.

Portando, verifica-se que a implantação de uma política consistente de promoção, proteção e incentivo à produção cultural de origem local é uma ação prioritária em Sobralia. Esta deve envolver a estruturação da política de cultura e a distribuição dos recursos, tendo em vista a realização de eventos do calendário cultural, mas, sobretudo, de serviços e ações de caráter permanente para a população.

4.3 Esporte e Lazer

Sobralia possui órgão incumbido de gerir de forma exclusiva sua política de esporte e lazer. Todavia, a estrutura de gestão do município para esses setores mostra-se frágil, na medida em que verifica-se a inexistência de Fundo Municipal de Esportes e Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive a política esportiva e de lazer municipal.

O representante municipal entrevistado informou haver dotação orçamentária específica para a Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, embora não soubesse o percentual destinado à promoção, fomento e ao apoio deste setor.

Quanto à adesão de Sobralia a ações promovidas pela Secretaria de Estado de Esportes, observou-se sua participação nos Jogos Escolares de Minas Gerais e no ICMS Solidário –

Critério Esportivo. O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que se encontra ativo, permitiu a participação de Sobrália em programas que lhe proporcionaram uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como o do ICMS.

O representante municipal reconhece que o esporte é muito importante para o município, pois serve como meio de socialização e inclusão, especialmente se articulado em parceria com segmentos da educação. Ele aponta que modalidades esportivas como o futebol infantil e os esportes radicais são as maiores potencialidades de Sobrália. Naquilo que se refere a este último, nota-se que, ainda de acordo com o entrevistado, o município oferece condições naturais propícias para a prática de vôo livre, escalada e rapel. Contudo, a ausência de apoio financeiro foi citada como a principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local.

A respeito do lazer, o entrevistado afirmou que o setor é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Sobrália, uma vez que sua prática colabora com o desenvolvimento psicológico das pessoas, propiciando momentos de relaxamento e descanso. O gestor público ressalta a Praça Dr. Deucliciano Rodrigues Moreira e sua academia ao ar livre, destinada aos idosos, como potencialidades. Quanto às fragilidades, o entrevistado acredita não existirem entraves para o desenvolvimento do lazer local.

Desse modo, observou-se que as ações prioritárias para o desenvolvimento do esporte e do lazer em Sobrália são:

- A construção de um ginásio poliesportivo;
- Reforma no estádio municipal e nas quadras e equipamentos do município;
- Criar acessibilidade e estrutura para prática de vôo livre no Morro Itaúba;
- Estruturação e sinalização para a prática de motocross.

Ademais, verificou-se que a estruturação institucional do município para o planejamento e a gestão participativa da política de esporte e lazer em Sobrália, bem como a qualificação profissional dos agentes públicos e a ampliação dos investimentos em programas voltados para esses setores, são medidas essenciais à elevação da qualidade de vida da população.



Avaliação de impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 13.

Tabela 13 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;



- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 14 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
Impacto sobre atrativos turísticos											
Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
Impacto econômico no setor turístico											
Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
Impacto ambiental e na paisagem											
Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Impacto sobre Bens Imóveis											

Impacto sobre Bens Culturais Imateriais											
Impacto sobre Bens Móveis											
Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural											
Alteração de Costumes Locais											
Alteração na Agenda Cultural											
Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas											
Alteração do Calendário Esportivo											
Alteração de atividades de entidades esportivas											
Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas											
Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte											
Impacto sobre Espaços de Sociabilização											
Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer											

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 14 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 14 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na Figura 15, a seguir:

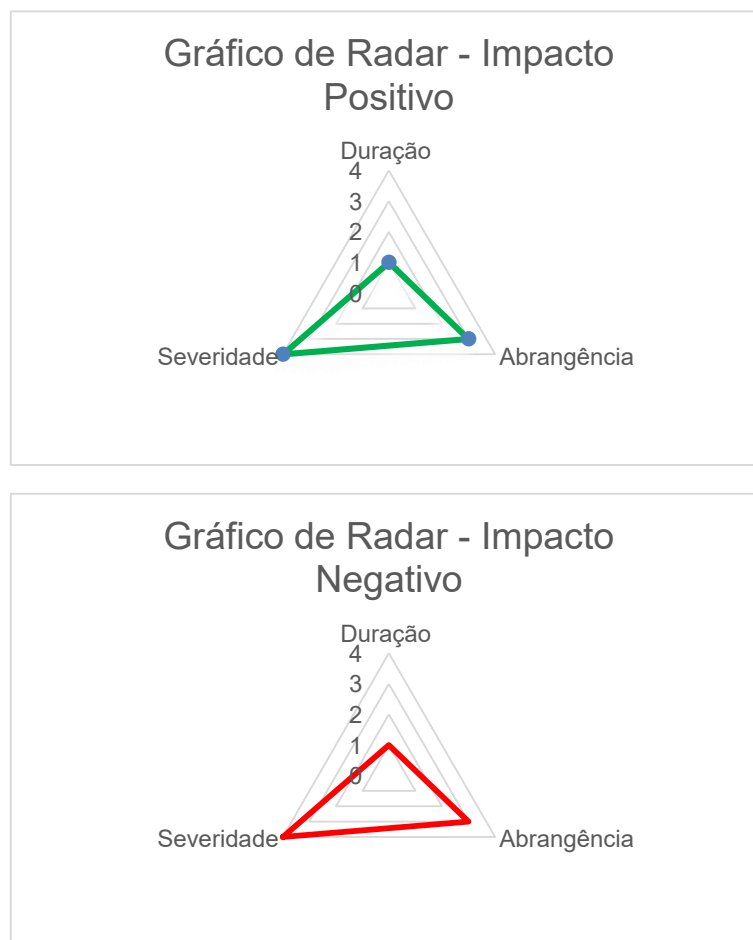


Figura 15 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios

claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 16 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

		Níveis de Severidade				
		1	2	3	4	
Níveis de Magnitude	4					<div style="background-color: #008000; width: 20px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto pouco significativo <div style="background-color: #ffff00; width: 20px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto significativo <div style="background-color: #f4a460; width: 20px; height: 20px; margin-bottom: 5px;"></div> Impacto muito significativo <div style="background-color: #ff0000; width: 20px; height: 20px;"></div> Impacto crítico
	3					
	2					
	1					

Figura 16 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).

5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.

5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo aponta para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.

Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.



Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.

Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;



- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;
- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.

Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- e) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- f) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- g) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- d) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.

Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre o município de Sobrália requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal de Sobrália dista aproximadamente 15km, em linha reta, do rio Doce. Além disso, não foram identificadas comunidades localizadas às margens deste curso d'água.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificaram-se 2 impactos relativos aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer.

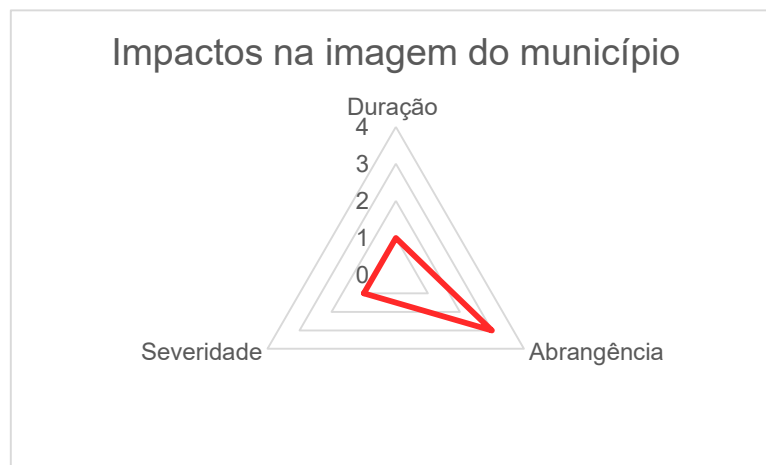
5.2.1 Impactos sobre a Imagem do Município

O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Diante disso, a presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Sobrália. Para tanto, foi realizado um clipping de notícias e um recorte amostral de artigos científicos.

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Sobrália é direto e, a partir da análise das reportagens e da produção acadêmica, pode ser considerado baixo em termos de duração (1) e severidade (1) e abrangência municipal (3).

Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

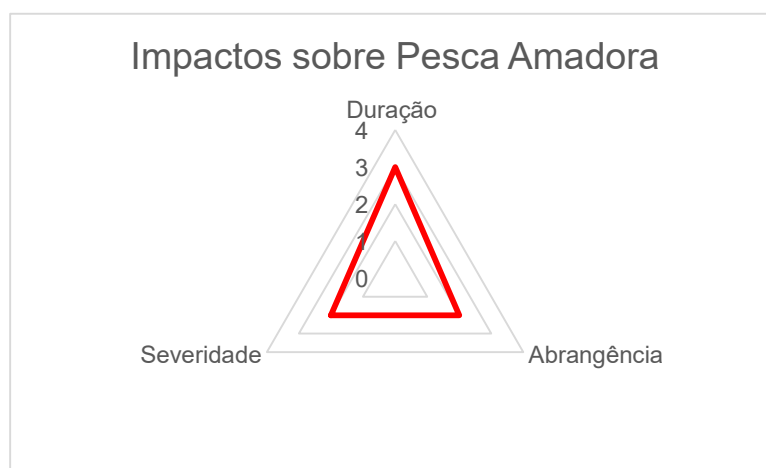
5.2.2 Impactos sobre Pesca Amadora

Os levantamentos de dados em campo, por meio de observação direta e entrevistas realizadas com moradores, lideranças e gestores públicos possibilitaram apurar que a pesca amadora se constituía em uma atividade de lazer para a população local.

Todavia, a atividade de pesca amadora e esportiva encontra-se proibida na bacia do Rio Doce em função do rompimento da barragem de Fundão – Portaria IEF nº 78/2016 e, no período em que se realizaram os levantamentos de dados em campo, em função do período de Defeso – Portaria IEF 155/2011

Com base no que se expôs acima considera-se este impacto como de natureza negativa, diretamente originado do Evento e de longa duração (3), uma vez que a estimativa de tempo para o restabelecimento da atividade conforme as suas condições originais é superior a cinco anos. Analisa-se ainda que este impacto é de abrangência de comunidades (2). A severidade do impacto foi considerada média (2), tendo em vista que o Evento alterou o cotidiano local relativo ao lazer, notadamente a pesca amadora.

Gráfico 3 Impactos sobre Pesca Amadora



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Consideradas as suas características e em conformidade com a metodologia proposta, classifica-se o impacto em tela como significativo (2).

Tabela 15 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos sobre a imagem do município	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	1	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Ações de Capacitação e Promoção do Turismo Ações de Fortalecimento Institucional para a Gestão das Políticas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer.	3	1	1

Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer	Impactos sobre Pesca Amadora	IN	ID	3	2	2	2	Ações de Requalificação Ambiental	2	1	1
---	------------------------------	----	----	---	---	---	---	-----------------------------------	---	---	---

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no município

Tabela 16 Listagem de participantes de reunião institucional em Sobrália

Nome	Nome do órgão/setor
Carlos Alberto Pereira da Silva	Secretaria de meio ambiente, desenvolvimento sustentável, cultura e turismo
Fabio Silva de Oliveira	Secretaria de esporte e lazer

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 17 Equipe técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenação de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Naves	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP



Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
--	----------------------	------------	---

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BRASIL Ministério da Cultura, Cadernos de orientação para os estados, 2012.

Disponível

em:<http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148Guia-de-orienta%25C3%25A7%25C3%25B5es-para-os-Estados-SNC-Perguntas-e-Respostas-dezembro-de-2012.pdf/dde2db14-f3bb-4cc3-8812-328895390e64>. Acesso: 20/01/2017.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. SÓBRALIA [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), VISITADO EM 10/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, Matriz de Hierarquização de iniciativas, 2016.

[HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://www.iepha.mg.gov.br/images/stories/ICMS/pontuacao-definitiva-exercicio-2017.pdf). VISITADO EM 8/12/16.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php?lang=_en). ACESSO EM: 10/01/2016.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.
ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÓBRALIA EXERCÍCIO 2017.

MINAS GERAIS, 2013. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE
SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL SÓBRALIA IMRS.FJP.MG.GOV.BR. ACESSADO EM 27.11.2016.

MINAS GERAIS, Fiscalizando com o TCE, disponível
em: <http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/>. Acesso em 20/12/2016.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE
CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍTIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016,
ACESSADO EM 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:
[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://www.almg.gov.br/consulte/info_sobre_minas/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE,
2016. DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://esportes.mg.gov.br/)> ACESSO EM: 26/11/2016

PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IGBE, 2014.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE SÓBRALIA
SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE
DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA
DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, (MINAS GERAIS, 2016). ACESSO EM: 25/10/2016

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS
TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009.
DISPONÍVEL EM: < [HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >. ACESSO EM: 23 NOV. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO.
2016.



EXPRESSÃO
SOCIOAMBIENTAL
pesquisa e projetos



reparar, restaurar, reconstruir

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM: 13/01/2017.

SÍTIO ELETRÔNICO DA PREFEITURA: ENDEREÇO: <http://sobralia.mg.gov.br/>

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.